



A ATUAÇÃO EVANGÉLICA NO GOVERNO BOLSONARO EM 2019: UMA ANÁLISE QUANTI-QUALI SOBRE A PRESSÃO PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Evangelical performance in Bolsonaro's government in 2019: a quantitative-qualitative analysis of the pressure to formulate public policies

Evanway Sellberg Soares*

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP)

DOI: 10.29327/256659.16.1-5

RESUMO:

Buscando compreender a real capacidade de pressão de grupos evangélicos conservadores na formulação de políticas públicas esse trabalho realizou o cruzamento quantitativo e qualitativo de dados obtidos durante o primeiro ano do governo Bolsonaro. Os dados foram obtidos através do Twitter de políticos ligados ao governo e um líder religioso, buscando as temáticas nos discursos; posteriormente buscou-se nas peças normativas apresentadas na câmara dos deputados similaridades temáticas entre essas e os principais temas apresentados nos tweets; também, se utilizou de artigos publicados em jornal de grande circulação para entender o contexto do governo, assim como a repercussão das falas e legislações, e ainda servindo como controle caso algum tweet ou legislação de repercussão houve sido negligenciado. Ao final, fica evidente que grupos evangélicos conservadores não possuíram força, em 2019, para construir políticas públicas efetivas uma vez que disputaram no espaço público com grupos progressistas e outros de identidade conservadora.

Palavras-Chave: Política; Religião; Laicidade; Bolsonaro; Evangélicos.

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: evanways@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

É possível apontar a construção da pauta evangélica conservadora na política brasileira resultando em uma defesa de temas morais específicos e sua ligação com outros grupos como os militares e os neoliberais (Soares, 2023). Essa atuação gera um movimento que tensiona tanto o princípio da laicidade¹, entendida como uma separação formal entre Estado e religião, quanto o secularismo, entendido como um conjunto de valores culturais que buscam a legitimação de decisões e participação políticas fora da esfera religiosa, minando a construção de uma cultura de autonomia da esfera política com relação à religiosa².

Assim, mesmo sendo um país institucionalmente laico, é possível discutir a influência religiosa nas instituições públicas, principalmente na pauta dos costumes e temas morais; caso evidente uma vez observada a relação jurídica entre a moral e a cláusula de bons costumes presente no ordenamento civil brasileiro (Pereira; Lara; Andrade, 2019) posto que o có-

¹Se entende aqui o princípio da laicidade como a separação formal entre Estado e grupos religiosos, como apresentado no Brasil desde a constituição de 1891, mas que engloba um conjunto de processos no decorrer da história que apresenta uma gama de tensões, e que, no caso do Brasil, tem maior relações com grupos evangélicos e católicos. Para mais informações sobre as discussões entorno dos conceitos de secularização e laicidade são sugeridos os estudos feitos por:

CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares: Secularização, laicidade e religião civil*. Coimbra: Almedina, 2010.
WILLAIME, Jean-Paul. *European Integration, Laïcité and Religion, Religion, State and Society*. 37:1-2, 23-35, 2009.
SILVA, Luis Gustavo Teixeira da Silva. Laicidade do Estado: dimensões analítico-conceituais e suas estruturas normativas de funcionamento. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 21, n. 51, maio-ago, p. 278-304, 2019.

E para o caso específico no Brasil se sugerem os estudos de:

CAMURÇA, Marcelo Ayres. CAMURÇA, M. A. A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias. *Horizonte*, vol. 15, nº 47: 855-886, 2017.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Um poder evangélico no estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 12, n. 25, p. 82-104, jan./abr, 2020.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio-ago. 2011.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: Secularização e pluralismo em debate. *Civitas: Pôrto Alegre*. v. 16, n. 4, p. 710-728, out – dez, 2016.

BOSSIO, María Pilar García. La laicidad problematizada. Su uso para pensar organismos estatales. *Religião & Sociedade*; 38(2); 148-173; 2018.

TANAKA, Marcela. Secularização, Laicidade E Espaço Público: Como Pensar A Política Contemporânea Brasileira À Luz Da Religião?. *Religião & Amp; Sociedade*, vol 40, no. 3, pp. 169-188, 2020.

²Por uma questão de recorte da pesquisa, não se deu, nesse artigo, maior atenção as formas de tensão entre Governo Brasileiro e influências estrangeiras. Para maior aprofundamento, além do artigo já citado no parágrafo, também se recomenda os seguintes trabalhos:

CUNHA, Magali Nascimento. Religião e política no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000: o protagonismo dos evangélicos. *Fronteiras*, Recife, v. 3, n. 1, p. 40-65, jan./jun., 2020

CUNHA, Magali Nascimento. Pelo governo de Deus: a inserção de novos movimentos fundamentalistas estadunidenses na arena política do brasil durante o governo trump. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Campinas, vol. 23. pp. 1-37, p. 2021.

CUNHA, Magali Nascimento. Evangélicos e política no Brasil: o avanço dos fundamentalismos e a aliança com o bolsonarismo. *Revista Davar Polissêmica*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, jan.-jun., 2023.

digo civil brasileiro se utiliza da cláusula dos bons costumes para disciplina sobre o corpo em casos como prostituição, aborto, direitos LGBTQIA+, etc.

Uma vez que, segundo Pereira, Lara e Andrade (2019), a lei brasileira “apoia-se nos bons costumes para controlar o uso do corpo (art. 13), para considerar ilícitas certas condições inseridas em negócios jurídicos (art. 122), para configurar o abuso de direito (art. 187), para limitar a conduta de condôminos (art. 1.336) e para definir a perda do poder familiar (art. 1.638)” (p. 164)³.

Ao se levar em conta a propagação de uma mentalidade religiosa na história do Brasil, tanto por seu passado ligado ao catolicismo, quanto às técnicas de divulgação midiática com os protestantes⁴, é possível compreender que a construção da moral social se dá em bases religiosas cristãs. Esse pensamento vai ao encontro de pesquisa realizada pelo Datafolha em 2014 (Prandi, Santos, 2017, p. 192) pois quando perguntados se a homossexualidade deve ser desencorajada, as maiores concordâncias vieram de evangélicos pentecostais, 44,9% frente aos 27,4% da média nacional (Prandi, Santos, 2017, p. 192), demonstrando que a moralidade cristã, majoritária no Brasil, é mais conservadora que a média.

Outra pesquisa do Datafolha, em 2013 aponta no mesmo sentido (Prandi, Santos, 2017, p. 196), sendo os pentecostais os mais contrários à criminalização da homofobia, com 24,5%, seguidos de não pentecostais, 21,2%, frente à 18,1% da média do Brasil.

Portanto, ao invocar a moral social como base dos bons costumes, o que se faz é dar suporte jurídico ao conservadorismo⁵ de grupos religiosos dominantes; “essa questão fica

³ Os autores apresentam as seguintes informações:

Art. 13. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes (Brasil, 2002).

Art. 122. São lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes; entre as condições defesas se incluem as que privarem de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes (Brasil, 2002).

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes (Brasil, 2002).

Art. 1.336. São deveres do condômino: [...] IV - dar às suas partes a mesma destinação que tem a edificação, e não as utilizar de maneira prejudicial ao sossego, salubridade e segurança dos possuidores, ou aos bons costumes (Brasil, 2002).

Art. 1.638. Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que: [...] III - praticar atos contrários à moral e aos bons costumes (Brasil, 2002).

⁴ Aqui se utiliza o termo protestante com seu sentido genérico, atribuindo a ele todas as vertentes oriundas da Reforma Protestante, podendo se referir à históricos, pentecostais, neopentecostais e etc.

⁵Para esse trabalho, não se faz necessária uma pesquisa extensa sobre a evolução do conceito de conservadorismo e suas discussões; dado o recorte temporal da pesquisa e seu objeto de estudo toma-se como referência o conceito de conservador como apresentado por Almeida (2017), um termo em disputa e que no Brasil decorre de quatro forças: econômica; moral; securitária e interacional. Econômica, pois se apresenta como meritocrática e empreendedora, ligada à teologia da prosperidade propagada por denominações

evidente quando se trata de condutas sexuais e familiares, campo em que os bons costumes são mais comumente lembrados e invocados na tentativa de certos grupos de conter práticas não proibidas por lei, mas que lhe seriam estranhas” (Pereira; Lara; Andrade, 2019, p. 166).

Isso é corroborado pela pesquisa realizada em 2015 com 340 parlamentares pelo Datafolha, onde a afirmação sobre acreditar em Deus torna uma pessoa melhor é aceita por 85,9% da Bancada Evangélica, frente à 67,3% do Congresso em Geral; ou que a homossexualidade deve ser desencorajada, aceita por 46,2% da Bancada Evangélica, frente à 14,4% do Congresso (Prandi, Santos, 2017, p. 200). Sendo interessante notar, com os autores, que o tema da sexualidade é o único que esses parlamentares evangélicos seguem o conservadorismo moral do eleitorado, de modo que em outros temas como pobreza, migração e criminalidade tendem a ser mais progressistas (p. 202-203), enquanto economicamente tendem a ter uma postura mais neoliberal (p. 204).

Isso, portanto, significa que o local de convergência dos congressistas com o eleitorado e, ampliando, dos grupos evangélicos organizados em torno da política é o campo da moralidade sexual, não atoa a profunda relação feita entre esse grupo e as temáticas dos direitos sexuais e reprodutivos, na defesa dos bons costumes e da moral.

As mesmas temáticas morais são foco de discussão nas eleições de 2018, com o candidato Jair Bolsonaro, advogando pelos bons costumes, família, contra a ideologia de gênero e sexualização nas escolas, além de outros projetos de negação a direitos sexuais ou de oposição à ampliação desses direitos capitaneados pela FPE (Gama, 2019; Carvalho; Sivori, 2017; Alencar, 2018; Maranhão Filho; Coelho; Dias, 2018; Mariano; Gerdardi, 2019).

neopentecostais, assim, perpetuando a estrutura econômica e social dada (Smith, 2019; Aragusuku, 2019), o que em ambos os casos aparece como uma contradição, visto que grande parte da população afetada negativamente pelas políticas neoliberais são do segmento evangélico. Moral, no sentido de defender contra os avanços do secularismo nos comportamentos e valores, o que resultaria, segundo o autor, na tentativa para a efetivação da moralidade pentecostal na ordem legal, tendo entre os protagonistas dessas ações, Marco Feliciano e Silas Malafaia. Securitária no sentido de apresentar uma postura mais repressiva e punitiva dos aparelhos de segurança do Estado, ligadas à “redução da maioria penal, a lei do desarmamento, a lei antiterror, a política de encarceramento, a militarização de parcela da gestão pública, entre outros” (Almeida, 2017, p. 22). Interacional, no sentido da forma como o movimento conservador se relaciona com outros grupos e, nesse sentido, Almeida aponta para a mobilização dos termos vingança, fobia e ódio na onda conservadora. Para uma discussão mais extensa e aprofundada sobre o conceito, recomenda-se como ponto de partida:

SOUZA, Jamerson Murillo Anúnciação de. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco: Pernambuco. (2016).

CAZETTA, Felipe. Intelectuais conservadores e a luta pelo poder: Le Bon, Sorel, Action Française e Integralismo Lusitano. *História* (São Paulo) [online], v. 36, n. 00, e2, 2017.

Lacerda faz referência ao texto FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Campinas: Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 1993.

CHESNUT, R. Andrew. *Born Again in Brazil: The Pentecostal Boom and the Pathogens of Poverty*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

Em direção ao pleito, Bolsonaro construiu para si o que Azevedo Junior e Bianco (2019) chamam de uma narrativa mítica, criando uma marca para si de herói, que lutaria contra o PT, se aproveitando de uma dualidade construída de luta entre bem e mal, de sorte que o Partido dos Trabalhadores representava uma ameaça evidente e real aos valores da sociedade cristã, enquanto Jair Messias Bolsonaro seria aquele que lutaria para a preservação dos valores (Azevedo Junior; Bianco, 2019; Sales; Mariano, 2019; Valerio, 2020).

No plano moral, apenas dois candidatos abordavam os temas sexuais de maneira negativa, de modo a diminuir os direitos reprodutivos e da população LGBTQIA+: Cabo Daciolo e Jair Bolsonaro (Feitosa, 2019).

Além da pauta de costumes, o antipetismo fortaleceu a campanha de Bolsonaro, sendo que esse pode ser traduzido como uma luta contra a corrupção e contra a esquerda (Bezerra, 2021). Os discursos mobilizados por Bolsonaro e seus apoiadores criavam pânico com relação a uma possível eleição do candidato petista Fernando Haddad.

Contra ele, além da acusação de corrupção, devida ao processo das investigações da Lava Jato que levaram à prisão de Lula, ex-presidente da República, e presidente do PT, também foi revivido o “kit gay”, dado que foi durante seu tempo de Ministério que o ESH foi gerado.

Líderes religiosos como Silas Malafaia, Robson Carvalho, Apostolo Rina, Edir Macedo e Valdomiro se pronunciaram a favor de Bolsonaro, o apresentando como defensor dos costumes cristãos, e contrapondo a Haddad, que estaria tentando os destruir. Isso demonstra uma movimentação pública o posicionando como um candidato pró-vida, pró-família, contra a “ideologia de gênero” e de direita – segundo as falas de tais líderes (Prandi; Santos; Bonato, 2019; Sales; Mariano, 2019). Assim, a coligação bolsonarista “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” venceu a eleição presidencial de 2018 com 55,13% dos votos válidos, e segundo pesquisa realizada pelo DataFolha na véspera do segundo turno, 69% dos votos válidos evangélicos.

Entretanto, a relação entre Bolsonaro e o segmento religioso no Brasil não findou com a eleição. Antes do primeiro pronunciamento de Bolsonaro como presidente, o pastor e senador Magno Malta realizou uma oração ressaltando o caráter messiânico de Bolsonaro; e seu primeiro pronunciamento, assim como muitos outros, contaram com passagens bíblicas e seriam finalizados com seu bordão de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (Maranhão Filho; Coelho; Dias, 2018; Leite, 2019; Valerio, 2020).

Nomeou André Luiz de Almeida Mendonça, pastor presbiteriano, para Ministro da Advocacia Geral da União e como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damaris Alves, pastora evangélica e ex-assessora do pastor e senador Magno Malta.

Ainda o primeiro Ministro da Educação do governo Bolsonaro Véléz Rodrigues, declarou que “a agressiva promoção da ideologia de gênero somou-se à temática de derrubar nossas mais claras tradições [...]: a família, a igreja, a escola o Estado e a pátria”. Após sua exoneração, o novo Ministro da educação, Abraham Weintraub, manteve a retórica: “Sai o kit gay e entra a leitura em família”.

Além da participação de Ministros do governo em eventos religiosos, representando o governo, quanto não o promovendo; também, escolheu o pastor Marcos Feliciano para vice-líder do governo no congresso.

Vê-se, portanto, que a inserção de grupos evangélicos na política não é nova, estando, contudo, mais presente desde a constituinte de 1986, passando pelo apoio a Collor em 1989, estando também presente como base de ambos os governos petistas nas duas primeiras décadas dos 2000, por fim, apoiando o candidato conservador Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, sempre tendo a pauta moral como questão fundamental (Pierucci, 1987; 1989; Camurça, 2020; Rodrigues, 2019; Lacerda, 2017; Almeida, 2020; Rosa, 2020; Smith, 2019; Faith, 2020).

Aqui, os grupos evangélicos agem ativamente como um movimento antissecular⁶, apoiados em técnicas de participação na vida política por grupos de pressão e desenvolvimento de um aparelho de influência política baseado em sua rede de apoio, além da utilização de mídias para disseminação de uma cultura antissecular.

⁶Se entende como secularismo o aspecto cultural da teoria weberiana da racionalização, referente a um *ethos* desencantado onde a esfera religiosa perde sua autoridade frente às outras esferas da vida, tendo que, em certa igualdade, precisa disputar espaço no meio social. Assim, um movimento antissecular seria um movimento de busca recompor ou manter a autoridade da esfera religiosa sobre as demais esferas. Para mais informações se recomenda os seguintes textos:

CASANOVA, José. *Is secularization global?* In *Opening New Spaces: Worldwide Mission and Secularization*, pp. 69-81, 2013.

MONIZ, Jorge Botelho. Múltiplas modernidades, múltiplas secularizações e secularização contextual: novas perspectivas sobre o estudo sociológico da religião. *Religião & Sociedade* [online], v. 37, n. 3, pp. 125-149, 2017.

PANOTTO, Nicolás. Campo evangélico y sociedad civil: sobre los procesos de minoritización y el desplazamiento de matrices analíticas. *Religião & Sociedade*; 40(1); 21-42; 2020.

PICKEL, Gert. Contextual secularization. Theoretical thoughts and empirical implications. *Religion and Society in: Central and Eastern Europe*, vol. 4, nº 1: 3-20, 2011.

A questão que se levanta, portanto, é: como essa atuação afeta, na prática, a formulação de políticas públicas⁷? Quer dizer, o aparelho normativo brasileiro é autônomo o suficiente para tratar grupos evangélicos conservadores como outros grupos de pressão, não permitindo a instalação de políticas públicas que prejudiquem minorias sociais, sendo o discurso utilizado sobre temas morais utilizado para atrair votos em período eleitoral ou outro oportunismo político qualquer? A influência de grupos evangélicos conservadores é capaz de pautar políticas públicas, formulação de leis ou retirar direitos já conquistados; ou é uma força reativa ao avanço na obtenção de direitos? Elucidar questões como essas é, portanto, o objetivo da pesquisa demonstrada a seguir.

Como metodologia, se utilizou de pesquisa no Twitter no ano de 2019, que será melhor detalhada na próxima seção, buscando conhecer as temáticas de maior relevância para membros do Governo Bolsonaro e religiosos, principalmente nas questões morais, tradicionalmente atribuídas a grupos evangélicos conservadores; posteriormente, se buscou conexões entre essas temáticas e as peças legislativas apresentadas à Câmara dos Deputados, vendo se existe alguma correlação que permita inferir influência evangélica na formulação de políticas públicas nos temas encontrados na pesquisa.

Por fim, é apresentada a pesquisa realizada na Folha de São Paulo, jornal de grande circulação, com o intuito de compreender o contexto nas quais os tweets e legislações se colocam, assim como buscar o controle sobre qualquer peça normativa tweet de repercussão que possam ter sido descurados, assim como ações de políticos religiosos em cargos ministeriais ou legislativos que tivessem relação com as temáticas tratadas mas não estivessem diretamente contemplados na pesquisa, buscando assim uma gama ampla de dados de diversas fontes que pudessem responder às perguntas propostas. As evidências que serão apresentadas apontam para a falta de capacidade de grupos evangélicos conservadores de efetivar políticas públicas durante o ano de 2019.

⁷Durante esse trabalho se utilizará o conceito de políticas públicas como definida por Souza (2006), visto que “políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. [...] políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação” (2006, p. 26).

TEMAS IMPORTANTES NO GOVERNO BOLSONARO⁸ EM 2019

Buscando compreender a relação entre os grupos de pressão evangélicos e a institucionalização de suas pautas, se optou pelo recorte de 2019, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, isso se deve ao fato desse governo, como já demonstrado anteriormente, possuir uma relação próxima em sua campanha às temáticas tradicionalmente evangélicas, assim como apoio declarado de líderes sendo, inclusive, o grupo evangélico responsável em parte por sua eleição. O ano de 2019 tem relevância, por se tratar do primeiro ano de governo, ano que, supostamente, os governantes recém-eleitos desfrutariam de maior força e prestígio político, podendo dar cabo de temas mais impopulares.

Para atingir esse fim, foi necessário compreender as temáticas relevantes para grupos religiosos e sua concomitância com grupos políticos capazes de institucionalizá-las, assim, foi realizada a observação de manifestações do Twitter⁹ de um total de nove indivíduos, sendo um líder religioso, três líderes político-religiosos e cinco líderes políticos.

Isso, pois é fato notório que o Twitter se transformou em uma forma de comunicação ativa entre o governo Jair Bolsonaro e seus eleitores; assim como de outros líderes políticos e religiosos como Marco Feliciano e Silas Malafaia. Portanto, ao observar as temáticas dessas interações, é possível perceber os assuntos que movimentam as atenções e são focos de interesse do governo e de seu grupo de apoiadores.

O líder religioso é Silas Malafaia, pastor evangélico notório por suas opiniões políticas e manifestações contra o que chama de ideologia de gênero. Junto a ele temos, também, os pastores Deputado Marco Feliciano, Ministra Damares Alves e Ministro André Mendonça. Todos associados à defesa da família tradicional, sendo, então, interessados na manutenção das estruturas heterocisnormativas, sendo esses os líderes político-religiosos.

⁸Para essa seção a pesquisa se deu através da plataforma Scielo, na busca de artigos com os termos “Bolsonaro”, “Bolsonaro” and “religião”; assim como suas variações, sendo o termo “religião” substituído por “evangélico” “protestante”, “pentecostal” e “neopentecostal”, assim como suas variações plurais, também, o termo e adicionadas as restrições de período “2019 até 2023”, devido a buscar artigos que falassem especificamente sobre o governo de Jair Bolsonaro; buscou-se artigos utilizando como parâmetros todos os idiomas, tendo como áreas temáticas “Ciências Humanas, Religião, Sociologia, Political e História”.

⁹A coleta de Tweets ocorreu entre 01/01/2019 e 31/12/2019, através do programa Twitonomy, que utiliza ferramentas construídas a partir de APIs do Twitter para coleta de tweets. Após isso, os Tweets foram analisados como auxílio do programa MAXQDA. MAXQDA é um software de análise de dados qualitativos, quantitativos e métodos mistos em pesquisas acadêmicas, científicas e comerciais. Ele oferece uma gama de ferramentas para a análise de dados não estruturados como entrevistas, discursos, grupos focais, tweets e etc.

Como líderes políticos foram escolhidos os então, Presidente Jair Bolsonaro, Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, Vereador Carlos Bolsonaro e os Ministros Ricardo Vélez Rodrigues e Abraham Weintraub.

A escolha dos membros¹⁰ da família Bolsonaro se deve primeiramente, por serem o núcleo do governo, sendo conhecidos como o *Clã Bolsonaro* durante o período. Existe, portanto, o Presidente, representante máximo do Executivo Federal; Eduardo Bolsonaro, representante do Governo Bolsonaro no legislativo e Carlos, reconhecidamente atuante na comunicação através das redes sociais, principalmente o Twitter¹¹.

Ainda, se apresentam ministros da chamada ala ideológica do Governo Bolsonaro, assumindo o Ministério da Educação e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sendo os mais prováveis a manifestar posições pautadas por temáticas de grupos de pressão evangélicos.

O ano de 2019, se inicia com Jair Bolsonaro como Presidente, Eduardo Bolsonaro como Deputado Federal, Marco Feliciano como Deputado Federal e Vice-Líder na Câmara, André Mendonça como Advogado Geral da União, Damares Alves como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Ricardo Vélez como Ministro da Educação e Carlos Bolsonaro como Vereador pelo Rio de Janeiro. Além da atuação da liderança religiosa Silas Malafaia.

Vélez viria a ser substituído por Abraham Weintraub em abril do mesmo ano, devido a uma série de polêmicas envolvendo sua gestão, como a publicação de um edital que permitiria a compra de livros didáticos com propagandas, uma declaração de que pretendia implantar a disciplina de educação moral e cívica¹² nas escolas, a revisão nos livros didáticos sobre a

¹⁰Para esse momento da pesquisa, se optou pela não utilização de Michelle Bolsonaro, Flávio Bolsonaro e Renan Bolsonaro na pesquisa; o motivo dessa escolha se deu por não serem Michelle e Renan parte institucional da política, o que de maneira nenhuma desmerece sua participação, mas que nesse momento da pesquisa de relações entre institucionalidades não se faz necessário. Já Flávio foi desconsiderado pois, para um projeto de lei ser aprovado, é necessário que passe primeiro pelo congresso, assim, esse setor já está contemplado na figura de Eduardo Bolsonaro.

¹¹Publicação Mostra Que Carlos Bolsonaro Continua A Cuidar Das Redes Sociais Do Pai. Poder360, 2020, <https://www.poder360.com.br/governo/publicacao-mostra-que-carlos-bolsonaro-continua-a-cuidar-das-redes-sociais-do-pai/>. Acesso em 13/07/2023.

Ferreira, Yuri. Carluxo Assume Que Controlava Twitter De Jair Bolsonaro E Renuncia À Administração De Redes. Revista Fórum, 2023, <https://revistaforum.com.br/politica/2023/4/16/carluxo-assume-que-controlava-twitter-de-jair-bolsonaro-renuncia-administracao-de-redes-134374.html>. Acesso em 13/07/2023.

Carlos Bolsonaro Diz Que Vai Deixar De Administrar Redes Sociais Do Pai. Cartacapital, 2023, <https://www.cartacapital.com.br/politica/carlos-bolsonaro-diz-que-vai-deixar-de-administrar-redes-sociais-do-pai/>; Acesso em 13/07/2023.

¹²Disciplinas instituídas durante a Ditadura Militar no Brasil.

Ditadura Militar no Brasil, além de pedir para que escolas filmassem estudantes lendo o slogan de campanha de Jair Bolsonaro e cantando o Hino Nacional¹³.

Para buscar as temáticas recorrentes do ano, se iniciou com a busca da frequência de palavras¹⁴, separadas por autor e por mês, para uma melhor compreensão, que quando comparadas, geraram um ranking baseado na frequência que determinados termos aparecem, conforme Tabela 1.

Tabela 1: frequência total de termos em 2019

Frequência total de termos em 2019					
Palavra	Frequência	%	Ranking	Documentos	Documentos %
Brasil	2215	1,23	1	97	100,00
Governar	1133	0,63	2	93	95,88
Presidente	1084	0,60	3	90	92,78
País	824	0,46	4	87	89,69
Poder	820	0,46	5	90	92,78
Bom	805	0,45	6	85	87,63
Deus	746	0,41	7	89	91,75
Trabalhar	744	0,41	8	89	91,75
Brasileiro	731	0,41	9	91	93,81
Família	598	0,33	10	85	87,63

Fonte: tabela feita pelo autor

A tabela permite perceber que entre os 10 termos mais utilizados no ano de 2019, somente dois tem relação com os temas tradicionalmente ligados com o nicho evangélico, “Deus” e “Família”; contudo, as duas ocupam posições baixas, sendo a 7ª e a 10ª posições, respectivamente. Ainda, ao se observar os significados dessas palavras, é possível perceber

¹³Ministro Da Educação É Demitido Após Gestão Marcada Por Controvérsias E Recuos. *G1*, 2023, <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/08/ministro-da-educacao-e-demitido-apos-gestao-marcada-por-controversias-e-recuos.ghtml>. Acesso em 15/07/2023.

A Crise Que Derrubou O Ministro Vélez Em 9 Tuítes - *BBC News Brasil*. *BBC News Brasil*, 2023, <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47742413>. Acesso em 15/07/2023.

Vélez Cai E Bolsonaro Anuncia Novo Ministro Da Educação. *Terra*, 2019, <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bolsonaro-anuncia-novo-ministro-da-educacao,9b226feba338094fd3997734131712db1nm3t9nt.html>. Acesso em 15/07/2023.

¹⁴A busca foi feita em qualquer palavra superior a 1 (um) caractere, com os critérios de diferenciação por documentos, por grupos de documentos “nível superior” e conjuntos de documentos, além da busca lematizada assim como não lematizada, sendo cada um especificado no decorrer do texto; em todos os casos se ignorou links, endereços de e-mail, números e a lista de exclusão com preposições, artigos, emoticons, nomes dos próprios autores e outros termos não significativos.

que o termo “Deus”, aparece como a expressão “Deus abençoe” em 64 (8,5%) das aparições, enquanto aparece ligado a “assembleia de Deus” em 46 (6,1%), “Família” 33 (4,5%) e “conforto” em 31 (4,1%), estando entre as maiores aparições.

Quando observado a sua relação com o tema família, a palavra Deus aparece somente 5 vezes, quando excluídas as citações ligadas a conforto (ex: Deus conforto essa família), e à Assembleia de Deus (ex: Culto da Família na Assembleia de Deus). O que demonstra que, no ano de 2019, não existiu uma forte relação estatística ligando esses dois termos que normalmente se enquadram nas temáticas tradicionais ligados aos grupos religiosos conservadores na política, pelo menos no que tange a sua relação interna.

Quanto levado em consideração somente combinações de palavras, sem se pensar o contexto em que foram inscritos, expressões como “Meus Deus”, “Deus abençoe” e “Deus conforto” ainda representam as três maiores aparições, sendo correspondente por 84 (11,2%) do total. O diferencial aqui fica para a expressão utilizada como lema de campanha e governo de Jair Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, aparecendo 14 vezes, correspondendo a 1,8% dos casos. Vê-se, portanto, que mesmo que tenha posição de destaque, sendo a 4ª mais usada dentre as combinações, ainda possui valor estatístico pouco expressivo.

Sobre o termo família, as combinações de palavras mais relevantes estão ligadas ao termo “bolsa família” com 4,8% (29), “família Marinho” com 3% (18), “família Frias” com 2,5% (15) e a “família brasileira, com 1% (6). No caso do Bolsa Família, se trata da utilização do programa para promoção do governo, de modo que Eduardo e Jair Bolsonaro são os que mais utilizam do termo. Já quando se trata da família Marinho e família Frias, os que mais utilizam os termos são Eduardo Bolsonaro e Abraham Weintraub, ao acusarem ambas as famílias; a Marinho de manipulação, por parte da Globo, e a Frias por problemas de impressão no ENEM.

Ainda, o termo “família brasileira” é a utilização mais próxima das temáticas normalmente associadas aos grupos evangélicos, sendo utilizada uma vez por Marco Feliciano, ao se referir à análise que seria feita do PL 3369/2015 na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial. Segundo o Deputado, o projeto que visava conceder o status legal de “família” a “todas as formas de união entre duas ou mais pessoas que para este fim se constituam e que se baseiem no amor, na socioafetividade, independentemente de consanguinidade, gênero, orientação sexual, nacionalidade, credo ou raça, incluindo seus filhos ou pessoas que

assim sejam consideradas” (Projeto de Lei 3369/2015), iria legalizar a pedofilia e o incesto, sendo um ataque à família brasileira.

Além de Feliciano, Damares utiliza o termo três vezes, sendo uma quando defendia o direito da família brasileira pela educação domiciliar, o chamado *homeschooling*; também quando, em parceria com o MEC, anuncia o protocolo para buscar maior segurança nas escolas¹⁵, e ao defender o pacote anticrime. Aqui é interessante perceber a atuação da Ministra junto à área da educação, sendo uma aproximação entre a chamada ala ideológica do governo Bolsonaro, mais próximo ao pensamento religioso e conservador.

Por último, Malafaia é responsável pelas outras duas colocações, são dois tweets com o mesmo teor, divulgando um vídeo¹⁶ no qual se manifesta contra a publicação de livros na Bienal do Rio de Janeiro de revistas em quadrinhos que apresentassem relacionamentos homoafetivos. No vídeo, o pastor se utiliza do código legal brasileiro para imputar crime à organização do evento; o raciocínio foi seguido por Marcelo Crivella¹⁷, então Prefeito do Rio de Janeiro, bispo ligado à Universal do Reino de Deus e filiado ao Republicanos.

Apesar de pouco relevante estatisticamente, é válido apontar que o termo aqui utilizado, é associado, em três das seis vezes, a críticas a alguma forma de manifestação de direitos sexuais e reprodutivos da população LGBTQIA+. Ainda, em outras duas vezes está ligado à educação, sendo ambos os casos envolvidos em projetos vistos por especialistas como meios de propagar uma visão de mundo conservadora, normalmente associados a motivos religiosos¹⁸. Cabe ainda salientar que os três propositores do termo são pessoas ligadas ao mundo religioso, sendo Damares pastora, assim como Marco Feliciano e o próprio Malafaia.

¹⁵Esse protocolo, que tomava ideias do Escola Sem Partido, foi muito criticado por especialistas em Educação, pois abria a possibilidade de censura e perseguição de docentes em escolas por grupos conservadores. Entre as medidas estavam: não ser prejudicado, na escola, por suas crenças e convicções; não ser submetido a publicidade ou propaganda de qualquer natureza na escola; ter liberdade religiosa; ter suas próprias crenças e convicções, desde que não incitem a violência.

Escolas, protocolo. Escola De Todos - Ministério Da Educação. *Portal.Mec.Gov.Br*, 2023, <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/54021>. Acesso em 27/07/2023.

Laura Mattos: Pode Isso, Damares!?. *Folha De S.Paulo*, 2019, <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-mattos/2019/11/pode-isso-damares.shtml>. Acesso em 27/07/2023.

Laura Mattos: Pode Isso, Damares!?. *Folha De S.Paulo*, 2019, <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-mattos/2019/11/pode-isso-damares.shtml>. Acesso em 27/07/2023.

¹⁶ MALAFAIA, Silas. Pastor Silas Malafaia comenta: Canalhas! Bienal RJ comete crime contra crianças e adolescentes. *Vídeo*. Youtube.Com, <https://www.youtube.com/watch?v=j-LHITAdxKk>; Acesso em 27/07/2023.

¹⁷Fortuna', 'Deborah. HQ Que Crivella Mandou Recolher Da Bienal RJ Se Esgota Em Evento. *Acervo*, 2019, <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/09/06/interna-brasil,781143/hq-que-crivella-mandou-recolher-de-bienal-rj-se-esgota-em-evento.shtml>. Acesso em 27/07/2023.

¹⁸Como apontado em Porto, Roberta Mendonça. Educação libertária no Brasil. História, atualizações no presente e as capturas em torno do conceito de autogestão: o homeschooling. *História da Educação* [online], v. 26, 2022.

Ainda, ao se analisar a correlação entre os termos “Deus” e “família” com os demais termos mais utilizados a partir do R de Pearson, é notável a baixa correlação e, assim sendo, é difícil estabelecer uma relevância estatística entre essas temáticas associadas a grupos religiosos e o movimento político, como apontado na Tabela 2.

Tabela 2: Correlação R de Pearson: Deus e Família.

Correlação R de Pearson: Deus e Família							
	Poder	País	Presidente	Governar	Brasil	Deus	Família
Poder		0,435	0,435	0,446	0,567	0,360	0,302
País	0,435		0,485	0,675	0,685	-0,214	0,055
Presidente	0,435	0,485		0,523	0,566	0,082	0,051
Governar	0,446	0,675	0,523		0,563	-0,028	0,052
Brasil	0,567	0,685	0,566	0,563		-0,035	0,040
Deus	0,360	-0,214	0,082	-0,028	-0,035		0,242

Fonte: tabela feita pelo autor

As correlações moderadas que aparecem estão entre os termos “Brasil” e “país”, assim como “governar” e “país”, por motivos óbvios. Contudo, merece especial atenção o termo “presidente”, uma vez que, além de ser o terceiro termo mais utilizado, tem correlação com “Brasil” e “governar”, os dois primeiros.

Ao se observar o termo, é esperado que as maiores quantidades de menções sejam feitas por Carlos (246 vezes) e Eduardo Bolsonaro (236 vezes), respectivamente, mas é interessante notar que em seguida venha Marco Feliciano (234 vezes), e não os ministros Damarens (65 vezes) e Weintraub (29 vezes).

Ainda, situação semelhante ocorre quando se observa os contextos em que aparecem o termo “presidente” junto ao termo “Brasil”, que aparece 64 vezes (5,9%), onde Eduardo é responsável por 19 citações, seguido por Jair Bolsonaro com 13, Carlos com 12 e Feliciano com 11. É esperado que a família Bolsonaro esteja entre os maiores propagadores da correlação entre o presidente e o Brasil, contudo, o fato de Marco Feliciano estar afrente dos ministros é algo relevante, ainda mais quando se leva em conta que ele é o 6º em número de publicações, correspondendo a 9% do total, junto com Damarens.

Nesse sentido, Eduardo busca apresentar Jair Bolsonaro como um presidente novo para o Brasil, que se afasta de posturas ligadas à esquerda política e ao progressismo, se

aproximando de uma postura de direita conservadora, e com isso, traz mais benefícios para o Brasil. Carlos segue em linha parecida, hora atacando grupos que apresenta como bandidos e/ou de esquerda, hora propagandeando aspectos que julga positivos no governo federal; nesse sentido, tanto Carlos quanto Eduardo agem dentro do esperado em qualquer governo, exaltando a situação e atacando a oposição. Caminho seguido pelo Presidente Jair Bolsonaro.

Contudo, Marco Feliciano, apresenta uma defesa ainda mais enfática do Presidente Jair Bolsonaro, buscando assimilar sua imagem à do Brasil, do mesmo modo, busca o caracterizar como alguém com qualidades individuais e protetor do movimento conservador. Nesse sentido, o esforço do líder político-religioso acontece para fortalecer a imagem do Presidente. Não parece, portanto, que lideranças religiosas, nesse sentido, estejam agindo para cobrar determinadas pautas, mas para defender que elas já estariam sendo cumpridas.

Damares, utiliza suas comunicações para colocar Bolsonaro como um verdadeiro defensor dos direitos humanos e da inclusão, o que é esperado de sua comunicação como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; apresentando o presidente como alguém que defende mulheres, crianças, pessoas com deficiência, além de defender os valores que a maioria da população acredita – segundo ela. Ao assim fazer, ela o associa ao mundo conservador, pois a pauta de valores defendida é a conservadora. Ainda, por vez ou outra, apresenta um ataque à esquerda, assim como a defesa de pautas específicas nas quais Bolsonaro se coloca em polêmicas, como a defesa da indicação de um Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) “terrivelmente evangélico”¹⁹.

Já Weintraub se apresenta mais combativo, suas manifestações apresentam uma defesa de algo positivo, em sua visão, do que estaria sendo feito pelo Presidente Bolsonaro, como a instauração de escolas cívico-militares, liberação de verbas para a educação, ônibus escolares e etc, além de defende-lo em casos polêmicos, como a acusação de corte de verba para o MEC²⁰; ao mesmo tempo, ataca ações que percebia em governos anteriores do Partido dos Trabalhadores ou ações que acredita existir da esquerda, como roubo por parte de ex-governantes, uso de maconha por estudantes, etc. Nesse sentido, também apresenta hora enaltecimento de Bolsonaro, o associando a valores conservadores, hora atacando a esquer-

¹⁹Bolsonaro Diz Que Vai Indicar Ministro 'Terrivelmente Evangélico' Para O STF. *G1*, 2023, <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>. Acesso em 29/07/2023.

²⁰Entenda O Corte De Verba Das Universidades Federais E Saiba Como São Os Orçamentos Das 10 Maiores. *G1*, 2023, <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>. Acesso em 29/07/2023.

da dentro do plano moral. Contudo, não o faz dentro de um plano religioso, e isso é significativo, uma vez que a religião não é utilizada como argumento no espaço público.

Já Mendonça, o que apresenta menor quantidade de manifestações com o termo “presidente” é também o mais institucional em suas publicações, normalmente ligadas ao cargo, e fazendo referência a feitos que julga importantes ao presidente, contudo, não apresenta frequentes ataques à esquerda ou faz associações morais. Percebe-se aqui, portanto, que os líderes político-religiosos analisados funcionam mais como um ponto de apoio e defesa do presidente, do que como grupos que buscam pressioná-lo para determinada pauta.

Por último, Malafaia é o mais incisivo ao tratar das questões morais, no ano em questão, apresenta uma defesa enfática do Presidente Bolsonaro; seu entorno chega a ser criticado ao, por exemplo, sugerir uma atuação da Secretaria de Comunicação (SECOM), diretamente subordinada a Bolsonaro, sem interferência do ministro, ou mesmo apontando que Eduardo Bolsonaro estaria atrapalhando o governo de seu pai com suas manifestações; contudo, o próprio Presidente é sempre apresentado de maneira positiva, em contraposição à esquerda, gays e ex-presidentes petistas. Contudo, da mesma forma que os Ministros, Malafaia parece agir mais como um elemento de apoio e defesa do que de pressão.

Ainda, ao se pesquisar como eram utilizados os termos ligados a direitos sexuais e reprodutivos, como “Homossexual”, “Gays”, “LGBT”, “Gênero”, “Feminismo” e todas as suas variações, foi possível perceber que apesar de utilizados, sua relevância é baixa.

Isso fica claro ao se observar que dos 97 documentos, sendo cada documento referente aos dados de um mês do ano para cada um dos sujeitos, esses termos se apresentam somente em, no máximo, 28 documentos (28,86%) no caso de “gênero”, como observado na Tabela 3.

Tabela 3: Frequência de termos relacionados à temática de gênero e sexualidade

Frequência de termos relacionados à temática de gênero e sexualidade em 2019					
Palavra	Gay	LGBT	Gênero	Feminismo	Homossexual
Frequência	72	16	49	6	14
Documentos	21	10	28	4	10
Carlos Bolsonaro 2019	0	5	1	0	1
Dameres 2019	1	2	4	0	2
Eduardo Bolsonaro 2019	13	1	16	6	0
Feliciano 2019	5	6	5	0	7

Jair Bolsonaro 2019	2	0	4	0	0
Malafaia 2019	51	2	13	0	4
Mendonça 2019	0	0	6	0	0

Fonte: tabela feita pelo autor

Malafaia, que mais utiliza o termo gay, o faz para denunciar o que chama de ativismo gay, que manipularia a interpretação de dados estatísticos e notícias para criar a sensação de homofobia generalizada; também, associa a causa gay à esquerda e a uma determinada decadência moral, ainda defende que nenhum ser humano nasce gay. Os posicionamentos de outros sujeitos não se mostram tão enfaticamente negativos, questionando a decisão do STF sobre união homoafetiva, ou a parcialidade da mídia em relação aos gays de esquerda em detrimento dos de direita.

No caso do termo LGBT, é mais utilizado por Feliciano, principalmente para se colocar contra a redação do PL que pautava o crime de homofobia, sendo uma reação a um texto que julgava poder restringir sua liberdade de expressão religiosa. Quando aos demais usos dos sujeitos, são normalmente relacionados à esquerda, ou em contraposição às pautas de direita; cabe a ressalva ao posicionamento de Damares, que manifesta empatia e contrária às violências sofridas pela população LGBT.

Já o termo gênero, mais usado por Eduardo e Malafaia, normalmente está no contexto de uma denúncia ou posicionamento negativo contra a *ideologia de gênero*. O mesmo ocorre com as falas de Damares, Feliciano, Carlos e Jair Bolsonaro. O diferencial está nas manifestações de Mendonça, que se apresenta como um não defensor da ideologia de gênero na escola, mas contrário a que Estados e Municípios possam legislar sobre a temática, sendo uma competência da Federação; isso ocorreu como resposta a ataques feitos pela ala ideológica do governo, após o AGU se manifestar contrário a determinadas tentativas de implantação do Escola Sem Partido²¹.

Sobre o termo “feminismo”, utilizado exclusivamente por Carlos, o termo aparece em contextos negativos, normalmente associado às questões do ENEM; já o termo “homossexual”, usado em sua maioria por Feliciano, é em reação ao o PL já citado que buscava criminalizar a homofobia, e ainda a contradições apontadas pelo Deputado pastor, como nos casos em

²¹Veto A "Ideologia De Gênero" Faz AGU Virar Alvo De Bolsonaroistas. *Metrópoles*, 2023. <https://www.metropoles.com/brasil/policia-br/veto-a-ideologia-de-genero-faz-agu-virar-alvo-de-bolsonaristas>. Acesso em 22/08/2023.

que foi “xingado” de homossexual, ao que respondeu não ser isso uma ofensa, na mesma linha de não se colocar contra homossexuais estão as manifestações de Damares e Carlos, sendo Malafaia o único que utiliza do termo para, enfaticamente, o posicionar de modo negativo, o colocando no mesmo contexto da pedofilia; assim como denunciar a parcialidade da imprensa com relação ao tema.

Por fim, é possível concluir que, no que tange ao uso de termos ligados às temáticas morais normalmente associadas à atuação política evangélica, é baixa sua relevância estatística no ano de 2019, sendo mais associada à Silas Malafaia e, posteriormente, outras lideranças político-religiosas em menor intensidade. Ainda, existe uma associação entre essas temáticas morais e a educação, contudo, sua relevância estatística é ainda mais baixa; sendo bem mais relevante a defesa do Presidente Jair Bolsonaro e seu governo, tanto por políticos, quanto por lideranças político-religiosas e somente religiosas, assim como o ataque a grupos de esquerda²².

Contudo, é necessário relacionar como essas temáticas aparecem em políticas públicas devidamente instituídas ou, pelo menos, a sua tentativa de instituição. Com esse fim, foi analisada a movimentação legislativa na câmara dos deputados. Se escolheu o site da câmara para a busca por legislação, por ser necessário que peças de legislação de qualquer origem ou teor sejam deliberados na casa do povo e, portanto, permitindo uma visão mais completa do que foi pautado no ano de 2019²³. Foram pesquisados os termos “Família” e outros ligados “Religião”, como apresentados na Tabela 4 e discutidos a seguir²⁴.

²²É importante notar que, o movimento de contrapor a defesa de Jair Bolsonaro com ataques a grupos ou comportamentos específicos pode ser encaixado dentro de uma ideia de guerra cultural que visa a reafirmação de uma identidade específica, como apontado por João Cezar de Castro Rocha em: ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio*: crônicas de um Brasil pós-político. 1ª Edição. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

²³A busca foi feita no site www2.camara.leg.br, se utilizando dos seguintes termos: *Família, Igreja, Culto e Religião*. A escolha do termo *Família* se dá por ser, como já demonstrado, estatisticamente relevante dentro dos temas tradicionalmente relevantes para a atuação de grupos evangélicos na política; os demais termos são para buscar compreender quais peças de leis podem ter, de alguma forma, se relacionado com esse mesmo grupo, e serão utilizados aqui com a denominação de *Religião*. Os resultados foram separados por origem em legislativo e executivo. Foram escolhidos os tipos de documento: Decreto, Decreto Legislativo, Emenda, Lei Complementar, Lei Ordinária, Medida Provisória, Resolução, Resolução da Câmara dos Deputados, Resolução do Senado Federal e Resolução do Congresso Nacional.

²⁴ Durante o texto será possível encontrar a descrição de Decretos e Resoluções como “leis” ou “peças legislativas”. Se entende a diferença técnica entre decreto (ato administrativo de regulamentação, sem natureza jurídica de lei), emenda (meio de alteração de lei existente), lei (regra jurídica estabelecida após processo político legislativo), medida provisória (ato normativo com força de lei editadas pelo Presidente com prazo de 60 dias e prorrogáveis) e resoluções (atos regulatórios internos das instituições); contudo, para facilidade de comunicação e escrita, serão todas tratadas a partir de seu caráter normativo prático e, por isso, serão chamadas de “lei” ou

Tabela 4: “Família” e “Igreja” nas Peças Normativas na Câmara dos Deputados

“Família” e “Igreja” nas Peças Normativas na Câmara dos Deputados em 2019					
	Total	Família	%	“Religião”	%
Decreto	537	63	11,73%	30	5,58%
Decreto Legislativo	65	1	1,53%	2	3,07%
Emenda	6	1	16,66%	0	0%
Lei Complementar	7	0	0%	1	14,28%
Lei Ordinária	185	25	13,51%	17	9,18%
Medida Provisória	48	16	33,33%	4	8,33%
Resolução	1	0	0%	1	100%
Resolução da Câmara dos Deputados	12	1	8,33%	1	8,33%
Resolução do Senado Federal	46	0	0%	0	0%
Resolução do Congresso Nacional	0	0	0%	0	0%
Total	907	107	11,79%	56	6,17%

Fonte: tabela feita pelo autor

Primeiramente, é interessante notar que ambos os termos, “família” e “religião”, possuem uma relevância não muito alta, representando 11,79% e 6,17% do total de peças normativas circulantes em 2019, respectivamente; contudo, é evidente não ser um valor irrelevante. No caso do primeiro termo, emendas e medidas provisórias contam maioria relativas, mas em números absolutos, a primeira ação aparece por parte dos decretos, sendo a segunda relegada às leis ordinárias. Isso é significativo ao apontar que, tanto em números relativos como absolutos, legislativo (com emendas e leis) e executivo (com decretos e MP’s) apresentam regularidade nesse tema.

Contudo é necessário observar o contexto no qual esse termo se insere. Das peças normativas com origem no legislativo, grande parte são peças orçamentárias ou administrativas, nos quais a “família” está designando o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, como as leis 13.917, 13.918, 13.920, 13.939, 13.955, 13.963, 13.973, etc. Ainda, é possível evidenciar os textos normativos tratando contra a violência contra a mulher, como ênfase em violência doméstica, como os 13.827, 13.836, 13.880, 13.882, 13.894, etc. Ou ainda a lei 13.958, que institui o Programa Médicos pelo Brasil, com várias referências aos médicos da

“peças legislativas”, uma vez que, como possuem força normativa, é possível identificar a correlação entre a temática e a tentativa de efetivação de uma política pública.

família. Existem ainda outros assuntos de ordem trabalhista, criminal etc., contudo, os contextos não seguem a direção de um posicionamento negativo ou de restrição a grupos minoritários, como normalmente se apresentam líderes religiosos conservadores.

Ainda, ao se observar as peças geradas no executivo, é possível observar situação semelhante, onde existem ações administrativas ou orçamentárias, além de textos tratando sobre saúde, trabalho, violência e afins. No que trata especificamente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, é possível perceber no Decreto 9.673, que foi posteriormente revogado pelo 10.174, a estruturação dada pelo governo ao órgão.

Esse era responsável por proteger a família, as crianças e os adolescentes, ainda cabe ressaltar que, dentro do Ministério, está prevista a Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Com isso posto, é possível argumentar que, uma vez que o Ministério se propõe a defender a família, é possível se perguntar a qual “família” se refere. Nesse quesito, as falas da então Ministra Damares parecem apontar na direção da família como vista dentro da cosmovisão conservadora.

Contudo, uma vez que o termo “família” é usado de forma muito ampla, não é possível falar que a designação do órgão tenha, abertamente, criado políticas públicas voltadas à diminuição dos direitos sexuais e reprodutivos. Ainda nesse íterim Feitosa (2021) aponta para a desinstitucionalização de políticas LGBTI+.

E, apesar de se poder arguir que esse desmonte se deu em decorrência de uma visão de mundo conservadora, e foi direcionada a uma pauta evangélica específica, ainda se trata de uma política reativa, não sendo uma política específica de remoção de direitos. Ainda, é possível apresentar que o desmonte durante os anos do Governo Bolsonaro foi generalizado, visto o desmantelamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional²⁵, a redução drástica em transportes coletivos urbanos²⁶, moradia²⁷ entre outros.

Inclusive, outros temas ligados ao Ministério da Família, como crianças e adolescentes, sofreram cortes, sendo executados valores menores que os autorizados mesmo em 2019,

²⁵Tatemoto, Rafael. Reformas de Bolsonaro Enfraquecem Conselhos LGBTIs e de Segurança Alimentar. *Brasil de Fato*, 2019, www.brasilefato.com.br/2019/01/02/reformas-de-bolsonaro-enfraquecem-conselhos-lgbtis-e-de-seguranca-alimentar. Acesso em 23/09/2023.

²⁶Universidade Federal de Minas Gerais. A Conta Do Desmonte: Governo Federal Cortou 70% Dos Recursos Do Transporte Entre 2019 e 2021. *Universidade Federal de Minas Gerais*, ufmg.br/comunicacao/noticias/a-conta-do-desmonte-governo-federal-cortou-70-dos-recursos-do-transporte-entre-2019-e-2021. Acesso em 23/09/2023.

²⁷Schuquel, Thayná. Balanço Do Orçamento 2019-2021 Revela Desmonte de Políticas Públicas No Governo Bolsonaro. *Brasil de Fato*, 11 Apr. 2022, www.brasilefato.com.br/2022/04/11/balanco-do-orcamento-2019-2021-revela-desmonte-de-politicas-publicas-no-governo-bolsonaro. Acesso em 23/09/2023.

ano pré-pandêmico²⁸. Com isso, não se argumenta que não houve desmonte das políticas voltadas à população LGBTQIA+, ou desmonte das políticas voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos, pois houve, mas não é possível estabelecer um nexo entre a pressão de grupos religiosos evangélicos conservadores e esse desmonte. Essa tese é fortalecida, além dos dados já apresentados, ao se observar o que foi relatado pela imprensa em 2019²⁹.

Uma vez que as peças jornalísticas específicas ligadas à população LGBTQIA+ destacam o esvaziamento dos órgãos de fiscalização e controle, como os conselhos federais com atuação da sociedade civil, onde se encontram colegiados que discutiam temas ligados à população LGBTQIA+, contudo, a ação, menos que um ataque propositivo contra essa minoria, é uma ação de caráter neoliberal, que visa a desestatização e a contenção de gastos, assim como a diminuição da participação da sociedade civil na definição de políticas públicas, isso fica evidente ao se notar diversos conselhos foram extintos no mesmo ato, além, ainda, do esvaziamento posterior do conselho de proteção aos direitos da criança, pauta pela qual Bolsonaro e seu governo professava ser favorável.

Ainda no âmbito institucional, apareceram informações de que o Itamaraty estaria orientando diplomatas a entender a palavra gênero como sexo biológico, contrariando estudos já consolidados nas Ciências Sociais, informação que foi negada pelo órgão de diplomacia brasileiro; o que não impediu o questionamento feito ao STF pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

Ainda a campanha de prevenção à AIDS no carnaval, que deixou de citar homossexuais, apesar de esse ser um dos grupos de maior vulnerabilidade. Contudo, se apresentou o esforço por parte de Bolsonaro e da Ministra dos Direitos Humanos, Damara Alves, de manter uma imagem amistosa com relação à população LGBTQIA+, dizendo que os Direitos Humanos não abandonariam ninguém, mesmo com o esvaziamento dos conselhos, ou que Da-

²⁸(Idem, Ibdem).

²⁹Para essa pesquisa, foi buscado no site da Folha de São Paulo, em seus editoriais de política, entre 01/01/2019 e 31/12/2019, matérias que possuíssem a temática de religião, retornando 59 matérias, sendo que 26 podem ser ligados à temática estudada. Ao se realizar a busca com os termos “religião” e “Bolsonaro” em todo o site, são retornados 251 textos, sendo que desses, excluídos os editoriais já utilizados e os artigos de opinião, e focando em textos que indiquem criação de políticas públicas, retornam 13 textos. Também foi realizada a busca pelo termo “LGBT”, nos editoriais de política, com o mesmo recorte temporal, retornando 37 artigos, desses 7 correspondiam à temática trabalhada. E ao se pesquisar “LGBT” e “Bolsonaro” retornaram 280 matérias, que excluídas as opinativas e as já utilizadas, e focando em textos que indiquem criação de políticas públicas, finalizaram em 22 textos. A escolha da Folha de São Paulo se deu por ser um jornal de grande circulação, e por tratar de assuntos relevantes da política. Uma vez que o que se busca é a informação, e não o tratamento dado a ela, a linha editorial do site é menos relevante; mesmo assim, o jornal era frequentemente citado por Bolsonaro, devido ao seu teor ser entendido como crítico ao político.

mares defenderia pautas feministas. Essas ações controversas levaram a escrita e assinatura de uma carta, por trinta parlamentares estadunidenses, pedindo que o governo Trump, representante dos Estados Unidos, defendesse os Direitos Humanos no Brasil, uma vez que o enfraquecimento das instituições de proteção feito por Jair Bolsonaro colocaria em risco a democracia no país.

Aqui, mais uma vez, se evidencia o embate de diversos grupos de pressão: conservadores, que buscam pautar uma agenda de costumes; progressistas, que reagem a essa agenda e forçam a tentativa de uma imagem amistosa do governo; o mercado, que tenta pautar uma agenda de desestatização e contenção de gastos; e, inclusive, grupos externos, como os parlamentares americanos. E ainda é possível citar o grupo ligado aos militares, outra base eleitoral de Bolsonaro, como no comentário de Feliciano, ao criticar a atuação de alguns militares no governo, como o General Mourão, vice-presidente, e Santos Cruz, então Ministro da Secretaria do Governo, dizendo que enfraqueciam a autoridade do presidente e o transformavam em um estelionatário eleitoral.

Já entre os textos que, mais abertamente, envolvem a então Ministra Damares, está um referente à folclórica fala que “menino veste azul e menina veste rosa”, o que demonstra claramente a visão que a ministra apresenta sobre o que considera “ideologia de gênero”, mesmo assim, não configura em si uma instauração de política pública. O mesmo pode ser percebido em outra reportagem, sobre o mesmo tema; em ambas, Damares apresenta que não pretende interferir em nenhum direito adquirido, se referindo à população LGBTQIA+; também se colocando a favor de cotas para pessoas negras.

Sobre o mesmo assunto, o texto que aborda a escolha de Angela Gandra Martins como Secretária da Família, no ministério de Damares apresenta uma preocupação sobre os direitos sexuais e reprodutivos, uma vez que Angela era abertamente crítica ao aborto até a 12ª semana de gravidez, inclusive representando a União dos Juristas Católicos de São Paulo. Nos três casos, se fala dos conceitos de “família”, “mulher”, “homem”, mas sem precisar o que significam.

Ainda sobre essa questão da diversidade e cultura, existe o texto da apresentação de iniciativas de valorização da liberdade religiosa, colocando atenção especial nas religiões de matriz africana; isso se deu no contexto da fala sobre a preocupação do governo Bolsonaro sobre a perseguição sofrida por cristãos ao redor do mundo, defendendo o combate a narrativas e legislações que restrinjam a liberdade religiosa. Esse discurso era, frequentemente,

utilizado por evangélicos conservadores que acreditavam estar sendo perseguidos por suas posições consideradas por parte da sociedade como homofóbicas, machistas, etc. O conselho foi criado pela Portaria Nº 3.075, de 16 de dezembro de 2019.

Nesse sentido, o que é possível identificar, é a inexistência de uma política pública clara, mas declarações na tentativa de construir uma imagem específica ligada ao conservadorismo religioso, assim como o desmantelamento de uma série de estruturas, o que pode ser visto como uma ação reativa a um conjunto de instituições que visavam garantir determinados direitos adquiridos.

Sobre os textos ligados à educação e cultura, é possível perceber uma relação maior entre as ações do governo Bolsonaro e as pautas morais e ataques à esquerda. Somente um texto jornalístico, apresenta uma visão de respeito às liberdades e direitos religiosos, ao assinar um Projeto de Lei de autoria de Rubens Otoni, do Partido dos Trabalhadores, que garantia ao estudante a falta em dia letivo ou atividade avaliativa, por motivos religiosos.

Após isso, é possível falar sobre a exclusão de vídeos da TV Ines, um canal na internet mantido com dinheiro público, sob a asa do Ministério da Educação, e destinado à população surda. A ação teria sido tomada por serem encontrados nesses vídeos conteúdos de esquerda, socialistas, sobre a ditadura militar e que apresentassem olhar crítico à religião.

Ainda, é possível falar dos dois casos relacionados aos bancos públicos, uma vez que em abril de 2019, uma propaganda do Banco do Brasil que retratava diversidade sexual e racial foi retirada do ar por mando do presidente e ocasionou a demissão do diretor de comunicação da entidade; ainda, em agosto, o mesmo banco lançou em edital, sob sua subsidiária, para a seleção de filmes para investimento através da Lei de Audiovisual, edital esse que questionava se a obra teria cenas de nudez, referência à crimes, drogas e prostituição ou conteúdo religioso ou político, ação essa vista como autocensura por motivos ideológicos, ambos questionados judicialmente e revogados.

Outra questão é o ofício encaminhado pelo MEC, para as secretarias de Educação do país, com diretrizes semelhantes ao do programa Escola Sem Partido, programa fortemente incentivado por Flávio e Carlos Bolsonaro e muito criticado por especialistas na educação. Ainda, o MEC teria disponibilizado um canal de denúncias contra casos considerados extremos.

No mesmo interim, em novembro de 2019, foi lançada uma ação conjunta do Ministério da Educação e o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que visava cortar re-

passes federais para redes de ensino que ignorassem denúncias feitas baseadas no que aparece preconizado no projeto Escola Sem Partido, criado para atacar uma suposta doutrinação política de esquerda nas escolas; mesmo não existindo evidência desse tipo de doutrinação nas escolas e o projeto Escola Sem Partido sendo rechaçado por especialistas em educação.

Percebe-se no âmbito cultural e educacional uma ação mais efetiva de determinadas políticas conservadoras, mas que, contudo, não se colocam somente a favor de uma pauta religiosa, mas também política. Nesse mesmo caminho, é evidente que as ações, salvo a do caso da TV Ines, são abertas, quer dizer, não atacam diretamente pontos específicos de forma explícita, mas utilizam de uma linguagem aberta, polissêmica, que pode ser interpretada tanto a partir de uma visão conservadora como progressista e, no caso do governo específico, se entende a vertente conservadora por, inclusive, se declarar como tal. Desse modo, se vê políticas públicas que visam impor uma determinada visão, mas isso ocorre de maneira difusa, não clareando suas intenções, mas as realizando sob uma imagem formal de democracia.

Sobre os textos que envolvem o aparelho repressivo do Estado, chama atenção reportagem veiculada em abril, que aponta uma aprovação alta da nomeação de militares para ministérios por parte da população. Apoio esse que sobe de acordo com a renda – com exceção da faixa superior a dez salários-mínimos; chega a 80% entre empresários; é maior entre evangélicos (68%) e principalmente pentecostais (72%); e maior no interior do que em regiões metropolitanas. Essa reportagem é relevante, pois demonstra abertamente a fatia do eleitorado com maior aderência a Bolsonaro, sendo ele militarista, evangélico, de classe média e empresarial e do interior – e por isso conservador. Com isso em mente, é possível argumentar que a ação política de Bolsonaro não é decorrente de uma pressão de grupos religiosos que perpassam a laicidade do Estado, mas de grupos de direita, conservadores e reacionários³⁰, que possuem como uma de suas características uma determinada religiosidade cristã, e buscam sua representação no espaço público.

Isso pode ser percebido na relação que existe combate à criminalidade e grupos evangélicos, a exemplo do pacote anticrime, apoiado pela Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE)³¹, mas desidratada no congresso, sendo vista como uma derrota para o Mi-

³⁰ O termo “reacionário” é utilizado dentro dos parâmetros estabelecidos por Lynch e Cassimiro (2021), como uma forma de ação política que busca de forma radicalizada a restauração de uma ordem vista como perdida através de um movimento de ruptura institucional e social.

³¹PL Anticrime Recebe Apoio de Juristas Evangélicos. *Ministério Da Justiça e Segurança Pública*, www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1557335260.9. Acesso em: 10/10/2023.

nistro; assunto que, inclusive, dividiu a bancada evangélica³². O que apresenta o grupo evangélico como um dentre outros grupos de pressão que compõe a identidade política da direita conservadora que era a base de Bolsonaro, tendo por vezes que disputar espaços com grupos representantes de outras facetas dessa identidade.

O mesmo pode ser visto nas opiniões do então Advogado Geral da União, André Mendonça, conhecido como o nome *terrivelmente evangélico* que, posteriormente, seria indicado por Bolsonaro ao STF. Segundo Mendonça, a prisão em segunda instância deveria ser mantida, sem se esperar o trânsito em julgado, pauta apoiada por grupos policiais³³. Também se colocou contra *questões ideológicas* serem tradas nas escolas, como a questão de gênero, pauta tradicionalmente apoiada por grupos evangélicos conservadores. Mas defendeu a posição do STF de abrir o *inquérito* das fake news, por entender que o regimento interno do STF tem força de lei, posição contrária à de parte da direita conservadora; o que demonstra uma disputa entre diferentes grupos e posições.

Essa dificuldade de agremiar e mediar esses diferentes grupos foi uma das coisas que levou Bolsonaro a sair do Partido Social Liberal ainda em 2019, isso pois, a necessidade de centralizar visões de apoiadores tão específicas era incompatível com a flexibilidade necessária para atuar em um partido que não fosse liderado por ele e, na luta política contra Luciano Bivar, líder do partido, Bolsonaro decide por sua desfiliação e criação de um partido que reunisse abertamente as três pautas que compunham seu eleitorado mais fiel: as armas, a religiosidade evangélica conservadora e o anti-esquerdismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, com os dados apresentados até aqui, é possível argumentar que os grupos evangélicos não têm sucesso, caso seja essa a sua intenção, de atacar de modo eficaz a laicidade do Estado, mas atuam como um dos grupos de pressão dentro de uma identidade política específica que estava representada no governo de Jair Bolsonaro, sendo esse incapaz, pelo menos no ano de 2019, de criar políticas públicas claras que atendam as pautas evangélicas conservadoras. Esse, no máximo, criou uma ação reativa que atuou em duas frentes: por um lado, criou

³²El País. Bancada Da Bíblia Se Divide Sobre Apoio a Decreto de Armas de Bolsonaro. *El País Brasil*, 20 May 2019. Disponível em: brasil.elpais.com/brasil/2019/05/15/politica/1557873968_114557.html. Acesso em: 10/10/2023.

³³Policiais Federais Defendem Prisão Após Condenação Em Segunda Instância - SINPF-RO. *SINPF*, 5 Apr. 2018. Disponível em sinpfro.com.br/policiais-federais-defendem-prisao-apos-condenacao-em-segunda-instancia/. Acesso em 10/10/2023.

políticas públicas de forma *indireta*, as escondendo sob uma imagem de democracia, com conceitos amplos o suficiente que pudessem ser utilizados para impedir ações diretas de entes estatais na promoção da igualdade de direitos e, por outro lado, desmantelou órgãos de fiscalização, controle e promoção de direitos de diversos grupos minoritários.

Esse argumento toma maior corpo, ao se observar os artigos jornalísticos. Neles é possível encontrar desde pautas vistas como violações a direitos ou dignidade de minorias, como a derrota da chapa 24³⁴ na eleição para os dirigentes do Conselho Federal de Psicologia, que possuía Rozangela Justino, assessora do deputado Sóstenes Cavalcante, ligado a Silas Malafaia, apoiada por nora de Jair Bolsonaro e defensora da terapia de reversão de orientação sexual (a cura gay) não aprovada pelo Conselho; ou as declarações de Bolsonaro tidas como preconceituosas, como a utilização do termo *paraíba* para se referir a governadores do nordeste, ou o termo *pau-de-arara* para se referir à mesma região³⁵, etc.

Assim como ataques à política globalista, que apoia o ambientalismo, os direitos humanos universais e o politicamente correto, sendo uma criação da esquerda, ou mesmo “a ideologia de uma tecnocracia apátrida e cosmopolita, instalada nas organizações multilaterais, querendo destruir a soberania nacional” (Tavares, 2019), tudo em nome de Deus.

Até a aproximação com grupos evangélicos, seja para fortalecimento em momentos de crise como as que envolviam seus filhos³⁶; defesa de Bolsonaro no congresso pelo líder da Frente Parlamentar Evangélica, Silas Câmara³⁷; ou a perda de apoio, que o levou a buscar lideranças evangélicas, visto que sua reprovação era grande entre outras religiões, mesmo cristãs, como a católica³⁸, muito devido a posicionamentos institucionais da própria Igreja Católica, apesar de algumas similaridades no campo dos direitos sexuais e reprodutivos³⁹; ou mes-

³⁴Folha. Apoiada Por Nora de Bolsonaro, Chapa de ‘cura Gay’ é Derrotada Em Conselho de Psicologia. *Folha de S.Paulo*, 30 Aug. 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/eleicao-do-conselho-de-psicologia-derrota-candidata-da-cura-gay.shtml. Acesso em 08/10/2023.

³⁵ Folha. Veja o Que Diz a Lei Sobre Preconceito e Relembra Declarações de Bolsonaro. *Folha de S.Paulo*, 23 July 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/veja-o-que-diz-a-lei-sobre-preconceito-e-relembra-declaracoes-de-bolsonaro.shtml. Acesso em 08/10/2023

³⁶ Folha. Opinião - Vinicius Torres Freire: Bolsonaro e a Nova Questão Religiosa. *Folha de S.Paulo*, 26 Dec. 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2019/12/bolsonaro-e-a-nova-questao-religiosa.shtml. Acesso em 08/10/2023.

³⁷Folha. Pastor Com Histórico de Imbróglis Comandarà Barricada de Bolsonaro. *Folha de S.Paulo*, 6 Apr. 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/pastor-com-historico-de-imbroglis-comandara-barricada-de-bolsonaro.shtml. Acesso em 08/10/2023.

³⁸Folha. Bolsonaro Intensifica Contato Com Evangélicos Para Conter Queda de Popularidade. *Folha de S.Paulo*, 6 Sept. 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/bolsonaro-intensifica-contato-com-evangelicos-para-conter-queda-de-popularidade.shtml. Acesso em 08/10/2023.

³⁹Folha. Nem Igreja Católica Nem Governo é o Dono Da Verdade, Diz Novo Presidente Da CNBB. *Folha de S.Paulo*,

mo por motivos econômicos como a não taxação de igrejas⁴⁰ ou a flexibilização de contas para as mesmas⁴¹.

Aqui é possível perceber que a mentalidade religiosa e grupos evangélicos possuem capacidade de pressão, direcionando algumas pautas, como no caso da isenção de taxação e a flexibilização na prestação de contas, muito devido à necessidade do governo Bolsonaro manter essa base de apoio, contudo, esse grupo ainda se mostra como mais um grupo de pressão frente a outros, como demonstra o fato de as pautas de costumes terem sido deixadas de lado⁴²; caminho apoiado pelo então Secretário-Geral do Governo, Gustavo Bebian e contrariado pelos deputados Alan Rick, Sóstenes Cavalcante e Marco Feliciano. Esse embate de forças entre grupos apoiadores do governo, personificado na figura dos parlamentares, evidencia os evangélicos conservadores como mais um grupo de pressão em meio a outros, sem força para, efetivamente, atacar a laicidade do Estado.

Conrado Hübner Mendes, professor de direito constitucional da USP, doutor em direito e ciência política, resume em seu artigo para a Folha, ao final de 2019, o que teria sido o ano sob o Governo Bolsonaro, excluindo o termo *gênero* de documentos oficiais, desqualificando homossexuais como *coisa abstrata*, retirando direitos LGBTs da lista de prioridades, filtro de *bons costumes* na Ancine e outros órgãos estatais⁴³; e essas ações seriam, segundo Mendes, trapaças anti-liberais, autoritárias e distorções do que entende como democracia.

Aqui se concorda com a análise, contudo, é importante ressaltar que as ações são, no máximo, reativas à expansão dos direitos de minorias, não constituindo políticas públicas estruturadas e, quanto se propõe a ser, são questionadas e enfrentadas pelos mecanismos do Estado Democrático de Direito, mais especificamente, contestadas no judiciário. Além da atuação do congresso na retirada de projetos de lei relativos às pautas dos costumes, e derruba-

24 May 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/nem-igreja-catolica-nem-governo-e-dono-da-verdade-diz-novo-presidente-da-cnbb.shtml. Acesso em 08/10/2023.

⁴⁰Folha. Bolsonaro Descarta Taxação de Igrejas e Defende Simplificação Das Contas. *Folha de S.Paulo*, 7 Aug. 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/bolsonaro-descarta-taxacao-de-igrejas-e-defende-simplificacao-das-contas.shtml. Acesso em 08/10/2023.

⁴¹Folha. Governo Flexibiliza Prestação de Contas de Igrejas. *Folha de S.Paulo*, 10 July 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/governo-flexibiliza-prestacao-de-contas-de-igrejas.shtml. Acesso em 08/10/2023.

⁴²Folha. Pauta Conservadora Em Segundo Plano Deixa Inquieta Base Aliada de Bolsonaro. *Folha de S.Paulo*, 11 Feb. 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/pauta-conservadora-em-segundo-plano-deixa-inquieta-base-aliada-de-bolsonaro.shtml. Acesso em 08/10/2023.

⁴³Folha. Opinião - Conrado Hübner Mendes: Em Defesa Da Família, Da Moral e Dos Bons Costumes. *Folha de S.Paulo*, 25 Dec. 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/colunas/conrado-hubner-mendes/2019/12/em-defesa-da-familia-da-moral-e-dos-bons-costumes.shtml. Acesso em 08/10/2023.

da de medidas provisórias do executivo, de modo que o sistema de pesos e contrapesos se mostrou eficiente contra as medidas iliberais do Governo Bolsonaro. Sendo que os órgãos com maior enfraquecimento foram justamente aqueles sob o executivo, como a Ancine, ICM-Bio e IBAMA, MEC e Política Federal, como apontado por Pablo Ortellado, doutor em filosofia e professor do curso de gestão de políticas públicas da USP em seu artigo para a Folha⁴⁴.

Dessa forma, apesar de orquestrar um ataque ao Estado Democrático de Direito, mais do que à laicidade, como representante de grupos iliberais, é possível afirmar que no ano de 2019, o projeto iliberal bolsonarista, de base cristã, militarista, conservadora, neoliberal e agroexportadora foi combatido por outros grupos de pressão, apoiados na constituição e tendo como órgão principal de defesa, antagonizando com o Governo Bolsonaro, o judiciário.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gustavo de. *Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os Discursos Conservadores do “Neocalvinismo” e as Interlocuções com a Política*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 13. n. 2. dezembro, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*; (50), 2017.

ALMEIDA, Ronaldo de. Evangélicos à direita. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 26, n. 58, p. 419-436, Sept. 2020.

ARAGUSUKU, Henrique Araujo et al. Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós-impeachment. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 2, n. 4, 2019.

AZEVEDO JUNIOR, Aryovaldo de Castro; BIANCO, Erica Cristina Verderio. O processo de mitificação de Bolsonaro: Messias, presidente do Brasil. *Revista ECO-Pós*, Vol. 22, n. 2, p. 88-111, 2019.

BEZERRA, Marcos Otavio; Moura, Gabriela da Silva. Entidades evangélicas e o combate à corrupção no Brasil (2012-2018). *Religião & Sociedade*; 41(2); 183-208; 2021.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Um poder evangélico no estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 12, n. 25, p. 82-104, jan./abr, 2020.

CARVALHO, Marcos Castro; SIVORI, Horacio Federico. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. Dossiê conservadorismo, direitos, moralidades e violência. *cadernos pagu* (50), 2017.

FAITH, Sébastien. Das margens ao mainstream: desafios sociais da ascensão evangélica – uma comparação transamericana. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 1, n. 37, 2020.

⁴⁴Folha. Opinião - Pablo Ortellado: Ainda Faltam Três. *Folha de S.Paulo*, 31 Dec. 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2019/12/ainda-faltam-tres.shtml. Acesso em 08/10/2023.

FEITOSA, Cleyton. A cidadania LGBT nas candidaturas à presidência da República do Brasil em 2018. *REBEH*. Vol. 01, N. 04, Out. - Dez., 2019.

FEITOSA, Cleyton. Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 74-89, jan./jun. 2021.

GAMA, Maria Clara Brito da. Cura Gay? Debates parlamentares sobre a (des)patologização da homossexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Revista Latinoamericana. n. 31. Abril. pp.4-27, 2019.

LACERDA, Fabio. Evangelicals, pentecostals and political representation in brazilian legislative elections (1998-2010). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 32. nº 93, fevereiro, 2017.

LEITE, Vanessa. Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*. n. 32 - agosto. p.119-142, 2019.

LYNCH, Christian Edward Cyril; CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021). *Aisthesis*. n. 70. p. 223-249, 2021.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. “Fake news acima de tudo, fake News acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. *Revista Eletrônica Correlatio*. v. 17, n. 2 – dezembro, 2018.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*. São Paulo. n. 120. p. 61-76. janeiro/fevereiro/março, 2019.

NASCIMENTO, Fany Serafim; PAIVA, Andréa Mendonça; SANTOS, Isabel Silvestre; SILVA, Tamar Mesquita Oliveira; NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. Criança Feliz: o infeliz retorno ao conservadorismo. *Revista Eletrônica Mutações*, [S. l.], v. 15, n. 24, p. 4–25, 2022.

PEREIRA, Fabio Queiroz; LARA, Mariana Alves; ANDRADE, Daniel de Pádua. A insustentabilidade da cláusula geral de bons costumes: pluralismo e laicidade na sociedade contemporânea. *Scientia Iuris*, v. 23, n. 3, p. 175, 2019.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As Bases da Nova Direita. *Novos Estudos*. Nº 19 – dezembro, 1987.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social*; 29(2); 187-214; 2017.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. *Revista USP*. São Paulo. n. 120. p. 43-60. janeiro/fevereiro/março, 2019.

RODRIGUES, Nelson Lellis Ramos. Evangélicos e a sociedade em rede: As eleições de 2018 e o impacto das redes sociais no Brasil. *REFLEXUS* - Ano XIII, n. 21, 2019.

ROSA, Wanderley Pereira da. Pentecostais na Política Brasileira na era da Constituinte de 1988 e alguns de seus desdobramentos. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano XIII, n. 37, Maio/Agosto, 2020.

SALES, Lilian; MARIANO, Ricardo. Ativismo político de grupos religiosos e luta por direitos. *Relig. soc.*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 9-27, Aug. 2019.

SMITH, Amy Erica. *Religion and Brazilian democracy: mobilizing the people of God*. Cambridge, UK; New York, NY: Cambridge University Press, 2019.

SOARES, Evanway Sellberg. A construção da pauta protestante na política brasileira: paralelos entre os Estados Unidos da América e Brasil. *PLURA, Revista de Estudos de Religião / PLURA, Journal for the Study of Religion*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 112–133, 2023.

SMITH, Amy Erica. *Religion and Brazilian democracy: mobilizing the people of God*. Cambridge, UK; New York, NY: Cambridge University Press, 2019.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45, 2006.

TAVARES, Maria Hermínia. Deus No Itamaraty. *Folha de S.Paulo*, 20 June 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/colunas/maria-herminia-tavares-de-almeida/2019/06/deus-no-itamaraty.shtml. Acesso em 08/10/2023.

VALERIO, Samuel. Pentecostalismo, catolicismo e bolsonarismo: convergências. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano XIII, n. 37, Maio/Agosto, 2020.

ABSTRACT:

Aiming to understand the real capacity of conservative evangelical groups to pressure the formulation of public policies, this work has carried out the quantitative and qualitative cross-referencing of data obtained during the first year of Bolsonaro's government. The data were obtained through Twitter from politicians linked to the government and a religious leader, looking for the themes in the speeches; subsequently, the normative documents presented in the Chamber of Deputies were sought for thematic similarities between these and the main themes presented in the tweets; also, it has used articles published in a newspaper of wide circulation to understand the context of the government, as well as the repercussion of speeches and legislation, and also serving as a control in case any tweet or legislation of repercussion had been neglected. In the end, it is evident that conservative evangelical groups did not have the strength, in 2019, to build effective public policies since they competed in the public space with progressive groups and others with a conservative identity.

Keywords: Politics; Religion; Secularism; Bolsonaro; Evangelicals.

Recebido em 18/07/2024

Aprovado para publicação em 27/08/2024